

REQUERIMENTO N.º , DE 2017.

(Da Sra. Maria do Rosário)

Requer Audiência Pública para discutir os casos de violência policial no contexto de manifestações públicas.

Senhor Presidente:

Senhor Presidente, Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, audiência pública para discutir os recentes casos de violência policial no contexto de manifestações públicas, nos termos do inciso III do art. 1º e caput do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências”, com a seguinte programação:

1. Representante do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos (NDH/UFG);
2. Representante do Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (NECRIVI/UFG);
3. Representante do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP);
4. Representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST);
5. Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás - Ricardo Brisolla Balestreli;
6. Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo - Mágino Alves Barbosa Filho.

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 28 de abril, o direito à livre manifestação e expressão foi ferido quando o aparato policial comandado pelos governos dos estados converteu os centros de várias capitais do país em praças de guerra. A forte repressão fez vítimas em toda parte, sendo o caso mais indignante o do estudante Mateus Ferreira, brutalmente

agredido pelo subcomandante da 37ª Companhia Independente da Polícia Militar e capitão da PM de Goiânia, Augusto Sampaio de Oliveira. Enquanto Mateus se encontra em estado grave, o subcomandante segue impune.

Em São Paulo três ativistas do MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto) foram presos na manhã desta terça-feira (2), devido à atuação na greve geral. Luciano Antônio Firmino, Ricardo Rodrigues dos Santos e Juracy Alves dos Santos foram encaminhados da carceragem do 63º DP, onde estavam detidos, para o Centro de Detenção Provisória (CDP) da Vila Independência (zona leste) sem que fossem cumpridos requisitos para a decretação das prisões preventivas. Das 21 pessoas detidas em São Paulo nas manifestações de sexta-feira, os integrantes do movimento social são os únicos que ainda não foram liberados.

Considerando a crescente repressão às legítimas manifestações populares, e fundamentalmente a impunidade no caso de Mateus e a prisão dos militantes do MTST, requeremos a realização de audiência pública para amplo debate acerca da atuação das polícias no contexto das manifestações. Contamos com o apoio dos demais parlamentares para aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 2017.

Deputada Maria do Rosário

PT/RS